



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SERGIPE**

Página:1 de 1

**PORTARIA Nº 27/2023,**  
**DE 19 DE MAIO DE 2023.**

**NOMEIA CARLA RAFAELI COSTA PINHEIRO,**  
**CPF XXX.700.065-XX, DIRETOR(A) DE**  
**SUBCÂMARA, SÍMBOLO CCE 09, EM**  
**SUBSTITUIÇÃO.**

**O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no art. 17, VI e VII da Lei 6.661/2009 e no art. 17, VI e VII do Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº 30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

**NOMEAR:**

Em comissão, **CARLA RAFAELI COSTA PINHEIRO**, CPF/MF nº **XXX.700.065-XX**, para exercer o Cargo de **DIRETOR(A) DE SUBCÂMARA da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe**, Símbolo **CCE 09**, a partir de 22 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.



**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
Verificar autenticidade conforme mensagem  
apresentada no rodapé do documento

**LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA**  
Diretor(a) Presidente

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: L5GK-679V-XOX1-AC1C



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/05/2023 é(são) :

- LUIZ HAMILTON SANTANA DE OLIVEIRA - 19/05/2023 10:56:40

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

## AGRESE

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO  
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 25/2023,  
DE 18 DE MAIO DE 2023.

EXONERA JOSÉ WELLINGTON  
CORRÊA LEITE, CPF XXX.022.455-XX,  
DIRETOR DE SUBCÂMARA, SÍMBOLO  
CCE 09.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,  
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas  
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do  
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho  
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº  
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

## EXONERAR:

JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE, CPF/MF nº  
XXX.022.455-XX, do Cargo de DIRETOR DE SUBCÂMARA  
da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de  
Sergipe, Símbolo CCE 09, a partir de 18 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 18 de maio de 2023.

*Luiz Hamilton Santana de Oliveira*  
Diretor-Presidente

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO  
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 26/2023,  
DE 19 DE MAIO DE 2023.

NOMEIA JOSÉ WELLINGTON  
CORRÊA LEITE, CPF XXX.022.455-XX,  
DIRETOR DE CÂMARA, SÍMBOLO  
CCE 13.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,  
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas  
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do  
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho  
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº  
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

## NOMEAR:

Em comissão, JOSÉ WELLINGTON CORRÊA LEITE,  
CPF/MF nº XXX.022.455-XX, para exercer o Cargo de DIRETOR  
DE CÂMARA da Agência Reguladora de Serviços Públicos  
do Estado de Sergipe, Símbolo CCE 13, a partir de 19 de maio  
de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.

*Luiz Hamilton Santana de Oliveira*  
Diretor-Presidente

ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO  
ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 27/2023,  
DE 19 DE MAIO DE 2023.

NOMEIA CARLA RAFAELI COSTA  
PINHEIRO, CPF XXX.700.065-XX,  
DIRETOR(A) DE SUBCÂMARA,  
SÍMBOLO CCE 09, EM  
SUBSTITUIÇÃO.

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE - AGRESE,  
no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas  
no art. 17, VI e VII da Lei 6.861/2009 e no art. 17, VI e VII do  
Regulamento-Geral, aprovado pela Resolução 04 do Conselho  
Superior da AGRESE, homologado pelo Decreto Estadual nº  
30.942 de 28 de dezembro de 2017, resolve

## NOMEAR:

Em comissão, CARLA RAFAELI COSTA PINHEIRO,  
CPF/MF nº XXX.700.065-XX, para exercer o Cargo de  
DIRETOR(A) DE SUBCÂMARA da Agência Reguladora de  
Serviços Públicos do Estado de Sergipe, Símbolo CCE 09, a  
partir de 22 de maio de 2023.

Dê-se conhecimento, cumpra-se e publique-se.

Aracaju, 19 de maio de 2023.

*Luiz Hamilton Santana de Oliveira*  
Diretor-Presidente

## Cohidro

Ata de Reunião da Assembleia Geral Ordinária da Companhia de  
Desenvolvimento Regional de Sergipe - CODERSE, realizada  
aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três.  
Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte  
três, às nove horas, reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária da  
Companhia de Desenvolvimento Regional de Sergipe - CODERSE,  
na sua Sede Social, Rua Marinheiro Antônio  
Brandão, nº 103, Bairro Paraíso - Aracaju/Sergipe, reuniram-se  
os acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital  
Social com direito a voto, a fim de deliberarem sobre os assuntos  
inseridos na respectiva "Ordem do Dia", constante do edital de  
convocação publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe,  
nas edições dos dias 17, 18 e 19 de abril de 2023 e no Jornal do  
Dia, dia 17 de abril de 2023, para deliberar sobre a seguinte  
pauta: Assembleia Geral Ordinária. a) Tomar as contas dos  
Administradores, examinar discutir e votar as demonstrações  
financeiras da Companhia, nos termos do Art. 132, inciso I da  
Lei Federal nº 6.404/76. Havendo número legal e, estando o  
Estado de Sergipe, neste ato representado pelo acionista  
Majoritário Excelentíssimo Senhor Vladimir de Oliveira Macêdo,  
brasileiro, casado, procurador do Estado de Sergipe; portador  
da Cédula de Identidade nº 899.271 SSP/SE e do CPF/MF nº  
XXX.865.XXX-34, que foi o adorado para presidir os trabalhos  
convitando a mim Eva Ladislau Freire Lessa para secretária-  
lo, ficando, assim, formada a mesa, passando-se ao item a) O  
representante do Acionista majoritário passou a palavra ao  
Técnico em Contabilidade senhor Nilo Sérgio Barreto - CRC SE  
2.524, para explicar toda parte contábil, sendo lido o Relatório  
dos Auditores Independentes sobre as demonstrações Contábeis  
encerradas em 31.12.2022, da antiga COHIDRO, ora CODERSE.  
RELATÓRIO DO ACCOUNT- AUDITORES INDEPENDENTES  
S/S, sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em  
31.12.2022, que relata o seguinte: Opinião adversa- Examinamos  
as demonstrações contábeis consolidadas da COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E  
IRRIGAÇÃO DE SERGIPE - COHIDRO, que compreendem o  
balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e  
31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do  
resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de  
caixa para o exercício findo nessa data, bem como as  
correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das  
principais políticas contábeis. Em nossa opinião, devido à  
importância do assunto discutido no parágrafo a seguir intitulado  
"Base para opinião adversa", as demonstrações contábeis  
consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente,  
em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e  
financeira consolidada da COHIDRO em 31 de dezembro de  
2022 e 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas  
operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa  
data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
Base para opinião adversa - Fomos nomeados auditores da  
COHIDRO após 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não  
acompanhamos a contagem física dos estoques no final do  
exercício. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos  
quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2022  
que estão registradas no balanço patrimonial por R\$  
2.257.869,76. Adicionalmente, no balanço patrimonial, na  
rubrica Outros Débitos a Pagar da Companhia parte do saldo  
registrado em 2020 no valor de R\$ 27.907.111,03, relativo à  
Energisa, foi transferido em agosto/2021 para a conta GOV.  
ESTADO/SEFAZ/ENERGISA no valor de R\$ 19.347.665,23 e  
sem movimento em 2022, o que representa 55,34% da rubrica e  
mais de 60,11% do passivo em 31 de dezembro de 2022. Na  
auditoria de 2020 tivemos acesso ao Ofício nº 27/2021  
encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ em  
29 de janeiro de 2021 informando que os pagamentos foram  
efetuados pelo acordo constante na Lei Nº 8.502/2018 (revogada  
em 18/03/2021) e pedindo informação sobre como proceder  
com o débito registrado na contabilidade. De acordo com o art.  
1º, § 2º a compensação deve ser efetuada mediante protocolo,  
pelo sujeito passivo, de requerimento perante a Secretaria de  
Estado da Fazenda - SEFAZ, acompanhado de declaração na  
qual devem constar informações relativas aos créditos utilizados  
e aos respectivos débitos compensados. Não tivemos acesso a  
esses protocolos. Já a conta GOVERNO DO ESTADO DE  
SERGIPE que se refere a repasse da folha de pagamento possui  
saldo a pagar de R\$ 14.426.932,05 o que representa 41,27% da  
rubrica. O saldo em aberto se refere ao seguinte: 08/2021 a  
pagar R\$ 780.432,20; 07/2021 a pagar R\$ 3.553.635,84;  
08/2021 a pagar R\$ 5.465.206,94; 09/2021 repasse (R\$  
887.000,00); 11/2021 a pagar R\$ 3.985,00; 11/2021 transferido  
(R\$ 16.773,21) de Tesouro do Estado - Ativo; 12/2021 a pagar  
R\$ 3.669.430,20; 02/2021 recuperações R\$ 5.346,30; 03/2022  
transferido (R\$ 14.780,56); 03/2022 apropriação da receita R\$  
2.500.000,00; 05/2022 repasse (R\$ 1.050.000,00); 06/2022

repasse R\$ 100.000,00; 07/2022 repasse (R\$ 500.000,00);  
09/2022 baixa de governo (R\$ 550.000,00) e 12/2022 repasse  
R\$ 1.367.449,54. Até a conclusão da auditoria não recebemos  
nenhuma confirmação da veracidade desses saldos, ficando  
impossibilitados de concluir sobre tais valores. Bem como não  
há controle dos bens do ativo imobilizado e a depreciação está  
calculada com base em saldos contábeis. A Companhia não  
realizou testes de recuperabilidade de seus ativos conforme  
NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos,  
sendo assim não foi possível aplicar as evidências de auditoria  
da NBC TA 500. Não efetuou a Provisão para Contingências  
Judiciais para atender o CPC 25 - Provisões, Passivos  
Contingentes e Ativos Contingentes, objetivando provisionar  
valores para a cobertura de litígios, a exemplo dos existentes em  
OBRIGAÇÕES COM PROCESSOS JUDICIAIS. Foram  
efetuados ajustes registrados na contabilidade como estorno, a  
débito: no fornecedor N.C. VIGILÂNCIA LTDA no valor de R\$  
34.514,80, em INSS DE TERCEIROS no valor de R\$ 4.845,70;  
em I.R. RETIDO NA FONTE A RECOLHER no valor de R\$  
440,52, em I.R./CSUCOPIN/PIIS - PASEP no valor de R\$  
2.048,41, em ISS/SUBST. TRIBUTARIA RENT. FONTE no valor  
de R\$ 2.202,59, em BANESE S/A C/C 500.001-0 no valor de R\$  
69.160,77, em JETONS - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO no  
valor de R\$ 30.270,02, em JETONS - CONSELHO FISCAL no  
valor de R\$ 7.692,30 e ajustes a crédito: em contas a receber  
CIA. DE SANEAMENTO DE SERGIPE-DESO no valor de R\$  
105.679,19, em CSL RETIDO S/NOTA FISCAL-CONTRIBUIÇÃO  
no valor de R\$ 1.169,66, em BANESE C/500.001-0 - BLOQ.  
JUDICIAL no valor de R\$ 13.806,02, todos os ajustes foram  
feitos em contrapartida com Prejuízos Acumulados e não foram  
adicionados ao Lucro Real para cálculo do Imposto de Renda e  
da Contribuição Social. Além desses, verificamos a existência  
de diversos estornos registrados como RECUPERAÇÕES  
DIVERSAS, em conta de receita. Os ajustes não estão sugeridos  
nas Atas do Conselho Fiscal e nem autorizados em Ata de  
Reunião de Diretoria. Em decorrência desses assuntos, não foi  
possível determinar qual o valor correto do imobilizado e qual o  
valor realmente devido ao GOV. ESTADO/SEFAZ/ENERGISA e  
nem ao GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, assim como os  
demais saldos e seus impactos nas receitas, despesas e nos  
elementos componentes das demonstrações das mutações do  
patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa  
data. Não foi possível determinar se há necessidade de efetuar  
ajustes em relação aos estoques registrados ou não. Nossa  
auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e  
internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em  
conformidade com tais normas, estão descritas na seção a  
seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das  
demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à  
companhia de acordo com os princípios éticos relevantes  
previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas  
normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de  
Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades  
éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a  
evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para  
fundamentar nossa opinião adversa. Outras informações que  
acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do  
auditor: a administração da companhia é responsável por essas  
outras informações que compreendem o relatório da  
administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis  
não abrange o relatório da administração e não expressamos  
qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis,  
nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e,  
ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,  
inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso  
conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta  
estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho  
realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no  
relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse  
fato. Como descrito na seção "Base para opinião adversa"  
acima, a companhia não contratou os auditores antes de 31 de  
dezembro de 2022; não apresentou certeza do saldo a pagar ao  
GOV. ESTADO/SEFAZ/ENERGISA e nem ao GOVERNO DO  
ESTADO DE SERGIPE; não realizou teste de recuperabilidade  
de ativos; nem efetuou a provisão para contingências judiciais  
com o intuito de cobrir litígios e ajustou valores não adicionados  
ao Lucro Real. Principais assuntos de auditoria: Além do assunto  
descrito na seção "Base para opinião adversa", não existem  
outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados  
em nosso relatório. Outros Assuntos: Auditoria do Exercício  
Anterior - As demonstrações contábeis do exercício encerrado  
em 31 de dezembro de 2021 foram examinadas por nós e foi  
emitido Parecer Adverso em 20 de abril de 2022; b) Eventos  
Subsequentes - Até a data das Representações Formais e  
consequentemente, com a emissão do nosso Relatório dos  
Auditores com Abstenção de Opinião sobre as demonstrações  
contábeis do exercício de 2022, não tivemos conhecimento de  
eventos subsequentes. Responsabilidade da administração e da  
governança pelas demonstrações contábeis: A administração é  
responsável pela elaboração e adequada apresentação das  
demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis  
adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou  
como necessários para permitir a elaboração de demonstrações  
contábeis livres de distorção relevante, independentemente se  
causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações  
contábeis, a administração é responsável pela avaliação da  
capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando,  
quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua  
continuidade operacional e o uso dessa base contábil na  
elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a  
administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas  
operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para  
evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela